

Economistas concordam: Brasil só deve pagar se tiver superávit fiscal

MARIZA LOUVEN

O Brasil está e continuará sofrendo pressões dos bancos credores para ceder em diversos pontos de sua proposta para negociação da dívida externa. Os principais são: estabelecer um fluxo de pagamentos ao invés de condicionar as remessas à capacidade de geração de recursos; pagar os juros atrasados; e mudar as regras (prazos e juros) estabelecidas para os títulos que poderão substituir os papéis da dívida velha. Os economistas acreditam que o País dificilmente conseguirá chegar a um acordo sem fazer concessões, mas não deve abrir mão da premissa de só pagar se puder, ou seja, se conseguir obter superávits fiscais.

O Brasil não deve ceder neste ponto, que tornou inovadora sua proposta de renegociação da dívida externa, opina o ex-Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen. Ele observa que o conceito de pagamento de acordo com o superávit fiscal é um princípio clássico, recomendado até pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O que se poderá discutir são os números que o Governo está utilizando para o estabelecimento da capacidade de pagamento, diz.

Os economistas Francisco Eduardo Pires de Souza, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Paulo Nogueira Batista Júnior, da Fundação



Simonsen: a proposta é inovadora

Getúlio Vargas, de São Paulo, também são da mesma opinião. Mas os bancos credores não concordam com isso, segundo o Presidente de um deles, que não quis ser identificado:

— Quando foi que o Brasil conseguiu gerar superávits nos últimos cem anos? — questiona, esquecendo-se de que o Governo vem obtendo superávits desde março deste ano.

A seu ver, a premissa de capacidade fiscal de pagamento esconde uma postura efetiva de potencial inadimplência: escudado nos limites que subjetivamente estabeleceu, o Governo poderá justificar o não pagamen-



Batista: bancos contestarão números

to, acrescenta.

Já Nogueira Batista prevê que os bancos não questionarão o tipo de análise macroeconômica que está por trás da proposta brasileira, considerada tecnicamente sólida. Mas concorda com Simonsen, que os números de avaliação da economia não serão facilmente aceitos. Há pelo menos um ponto de convergência entre economistas brasileiros e bancos credores: a negociação da dívida será dura e até mesmo demorada, mas não resultará em impasses. Não há, portanto, motivo, para retaliações, embora a tendência seja de aumento das pressões sobre o Brasil.

28-9-89

13-9-89